



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO FERRAMENTA PARA A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO**

ELIEUZA BISPO FERNANDES

ORIENTADORA: SÍLVIA URMILA ALMEIDA SANTOS

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

ELIEUZA BISPO FERNANDES

**A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO FERRAMENTA PARA A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Sílvia Urmila Almeida Santos

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIEUZA BISPO FERNANDES

A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

SÍLVIA URMILA ALMEIDA SANTOS (Orientadora)

FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA (Examinadora)

ELIEUZA BISPO FERNANDES (Cursista)

BRASÍLIA/2015

A todo professor que tem ou já teve em sala de aula alunos com
necessidades educacionais especiais de aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da minha vida, que me escolheu, me deu forças e me encheu de coragem durante esse percurso, me segurou pela mão e me pegou no colo quando minhas forças cessaram.

À minha família, sustentáculo para os momentos difíceis e companhia para as celebrações vitoriosas.

À minha orientadora de pesquisa, Sílvia Urmila Almeida Santos, pela paciência, persistência e competência. Por acreditar em mim e incentivar-me a dar formosidade e cunho científico à minha pesquisa.

À escola observada, que abriu as portas para a realização da pesquisa.

Ao gestor que, de forma verdadeira, me concedeu esclarecimentos sobre a Sala de Recursos Multifuncionais da escola pesquisada.

Aos professores que, de forma honesta e sincera, expressaram seus conhecimentos acerca da Sala de Recursos Multifuncionais da escola em que lecionam, tornando possível a concretização da pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a funcionalidade das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) como ferramenta para a educação inclusiva, no contexto de uma escola pública do município de Malhada (BA). A fundamentação teórica desta pesquisa abordou conceitos relacionados à educação inclusiva, ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), às Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e ao professor que atua nesse contexto. A metodologia empregada neste trabalho é de natureza qualitativa, tendo como instrumento de investigação o questionário semiestruturado e observações da estrutura física e material da escola pesquisada. O questionário foi aplicado aos participantes da pesquisa, a saber, três professores de ensino fundamental e o diretor da instituição. Concluiu-se, por meio desta pesquisa, a necessidade de maiores esclarecimentos e formação específica para o AEE na SRM.

Palavras-chave: Sala de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Especializado. Inclusão escolar. Alunos com necessidades educacionais especiais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1 O que é educação inclusiva.....	13
1.2 O Atendimento Educacional Especializado.....	14
1.3 Salas de Recursos Multifuncionais	16
<i>1.3.1 O professor das Salas de Recursos Multifuncionais</i>	20
CAPÍTULO 2: OBJETIVOS	23
2.1 Objetivo geral	23
2.2 Objetivos específicos	23
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	24
3.1 Fundamentação teórica da metodologia	24
3.2 Contexto da pesquisa	25
3.3 Participantes.....	25
3.4 Materiais	26
3.5 Instrumentos de construção de dados	26
3.6 Procedimentos de construção de dados	27
3.7 Procedimentos de análise de dados.....	28
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1 Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular	29
4.2 Organização e funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais na escola pesquisada.....	35
4.3 Por um Atendimento Educacional Especializado	42
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À EQUIPE GESTORA	49
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES.....	55
ANEXO A – CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL.....	59
ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	60
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sala Recursos Multifuncionais do Tipo I	p. 17
Quadro 2	Sala Recursos Multifuncionais do Tipo II	p. 19

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como proposta tecer reflexões acerca do uso da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) como ferramenta para a educação inclusiva. Sabemos que a inclusão escolar, para que realmente aconteça, engloba diversos fatores e uma gama de posturas e ações voltadas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), criando, assim, condições para que todos os alunos acompanhem efetivamente, e de forma participativa, a proposta curricular da escola.

A partir da realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, ofertado pelo Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (PED/IP/UnB), por intermédio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e, após conhecer melhor sobre as Salas de Recursos Multifuncionais e a sua importância para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), despertei o interesse de melhor compreender como se dá a implantação e o funcionamento desse espaço. Após uma primeira investigação realizada na SRM de uma determinada escola, esse interesse aumentou, desta vez, não mais com o intuito de apenas conhecer, mas de poder despertar em outras pessoas a reflexão sobre o valor desse espaço para a transformação da aprendizagem de alunos com NEE. A partir disso, então, surgiu o tema para esta pesquisa.

A Sala de Recursos Multifuncionais é uma ferramenta empregada para que alunos com necessidades educacionais especiais, sejam elas acarretadas por deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, dentre outros fatores, sejam acolhidos. Esse atendimento é denominado de Atendimento Educacional Especializado (AEE). O intuito é oferecer condições para o melhoramento no processo educacional dos alunos com NEE.

O Atendimento Educacional Especializado se diferencia do ensino comum. Nele, o aluno será desafiado a conhecer melhor suas limitações e a criar alternativas para superá-las. Qualquer deficiência não impossibilita o aprendizado. Sob a orientação adequada do professor, o aluno construirá meios que facilitem o seu desenvolvimento cognitivo e os seus avanços no processo de ensino-aprendizagem, conforme nos coloca Kelman (2010, p. 24):

[...] existem possibilidades distintas de desenvolvimento, o que caracteriza a singularidade do desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. O maior desafio do professor consiste em descobrir como crianças com necessidades educativas especiais conseguem atingir os processos psicológicos superiores, quais são as estratégias pedagógicas que possibilitam os caminhos alternativos para que ocorram processos interativos significativos, levando à aprendizagem e, por conseguinte, ao desenvolvimento.

Parar na deficiência causa retrocesso. É preciso criar possibilidades de desenvolvimento para que o aprendizado aconteça. Nesse sentido, os recursos utilizados na SRM colaboram para a superação dos desafios. O professor, no Atendimento Educacional Especializado, além de precisar conhecer bem seu aluno, suas condições físicas e psicológicas, necessita criar alternativas significativas para que aconteça o aprendizado.

É importante conhecer e aceitar as deficiências. Essa aceitação não significa acomodação. Aceitar-se faz parte do reconhecimento. Reconhecendo suas necessidades educacionais especiais, serão construídos meios alternativos de aprendizagem. Não há um único caminho, uma única metodologia, um único recurso que leve ao aprendizado. No Atendimento Educacional Especializado, o aluno, juntamente com o professor, encontrará a melhor alternativa que favoreça o seu desempenho educacional. Ele será desacomodado da sua limitação e poderá superar os obstáculos na medida em que construir possibilidades de aprendizagens adequadas às suas especificidades.

A Sala de Recursos Multifuncionais é um lugar específico, montado com mobiliários, equipamentos e materiais didáticos/pedagógicos que oferecem instrumentos para que o aluno, com a orientação do professor especializado, descubra possibilidades de aprendizagem. Cada recurso da SRM será utilizado conforme a necessidade do estudante, sendo modificado conforme o desempenho evolutivo.

Ainda hoje, há um número considerável de alunos com necessidades educacionais especiais que não conseguem acompanhar o plano curricular da escola na qual está matriculado, ficando à margem no processo de ensino-aprendizagem. O que podemos observar, na atualidade, é que algumas escolas “fecham os olhos” para essa realidade. Isto é, mesmo dispondo de recursos materiais adequados a esses alunos, falta, muitas vezes, a formação adequada de professores para utilizá-los.

No Brasil, existem diversos dispositivos legais que garantem Atendimento Educacional Especializado às pessoas que necessitam, como, por exemplo: a Resolução n. 4,

de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e promulgada no Brasil por meio do Decreto n. 6.949/2009; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008; a Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº11/2010, que dispõe sobre a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares; dentre outros. No entanto, muitos alunos e familiares não sabem que estão amparados por essas leis. Há, também, muitos profissionais da educação que desconhecem que o direito do discente vai além de estar matriculado e frequentar o ensino regular.

Diante disso, esta pesquisa tem como principal objetivo tecer reflexões acerca do uso da Sala de Recursos Multifuncionais como ferramenta para a educação inclusiva, no contexto de uma escola pública do município de Malhada (BA). Investigaremos, por exemplo, qual o nível de conhecimento da comunidade escolar (professores e direção) a respeito da funcionalidade dessa sala. Também, averiguaremos se, de fato, a escola em questão utiliza a Sala de Recursos Multifuncionais para promover a inclusão escolar de alunos com NEE, e em qual grau. Como objetivos específicos, será examinada a operacionalidade da SRM em pesquisa, na promoção do desenvolvimento de alunos com necessidades especiais educacionais, suscitando reflexões sobre o uso e a importância dessa ferramenta na promoção da educação inclusiva.

Para alcançar tais objetivos, procedeu-se da seguinte forma: primeiramente, a escola em que a pesquisa foi realizada, foi eleita. Essa eleição se deve, principalmente, ao despertar para a importância do uso das Salas de Recursos Multifuncionais na promoção educacional de alunos com necessidades educacionais especiais, ocorrido durante a realização deste curso de especialização. A partir de uma visita realizada à SRM, na qual se efetivou esta pesquisa, senti a necessidade de provocar a reflexão em toda a equipe pedagógica sobre a funcionalidade dessa ferramenta como promotora do processo de ensino-aprendizagem de alunos com NEE.

A metodologia empregada neste estudo é de cunho qualitativo. Os instrumentos utilizados nesta pesquisa para coleta de dados foram: dois questionários semiestruturados, sendo um aplicado aos professores participantes deste trabalho e o outro aplicado a um membro da equipe gestora da escola. O questionário semiestruturado aplicado aos docentes é

formado por três categorias e 12 questões abertas. Por sua vez, o questionário semiestruturado aplicado ao membro da equipe gestora da escola é formado por duas categorias e seis questões abertas.

A fundamentação teórica deste trabalho consiste na apresentação breve de conceitos sobre o que é educação inclusiva, para se ter uma visão dos caminhos percorridos para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado. Também, discorreu-se sobre o conceito de Atendimento Educacional Especializado, tendo como base leis e outros dispositivos legais. Por fim, falou-se, também de forma breve, sobre como deve ser o perfil do professor que atua em AEE.

Para finalizar esta apresentação, é importante falar que esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da fundamentação teórica, em que são apresentados alguns documentos e seus dizeres a respeito de educação inclusiva, Salas de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado e perfil do professor que atua em AEE. Já o segundo capítulo fala dos objetivos deste trabalho, identificando melhor a pretensão desta pesquisa e o que se espera dela. O terceiro capítulo, por sua vez, trata da metodologia aplicada para a obtenção dos dados, o contexto em que foi efetivada a pesquisa, os participantes, os materiais utilizados e os procedimentos de análise dos dados. No capítulo quatro, são apresentados os resultados e a discussão teórica dos dados coletados. Por fim, no quinto e último capítulo, estão as considerações finais, em que se relata algumas contribuições e recomendações relevantes da pesquisa.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo traz a fundamentação teórica empregada nesta pesquisa. Nele, falaremos, de forma breve, sobre conceitos e teorias fundamentais para a elaboração deste trabalho.

1.1 O que é educação inclusiva

A educação inclusiva está centrada nos direitos humanos, conjugando uma política social, cultural e pedagógica que preza pela participação de todos no processo educacional, desiguando condições para igualar o direito, ou seja, o atendimento é ofertado de forma individual, conforme as necessidades de cada um. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2007, a define da seguinte forma:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007).

A conjugação de igualdade e diferença como valores indissociáveis, da qual fala o documento do MEC, diz respeito à importância de os seres humanos conviverem em harmonia, independentemente das especificidades que cada um possui, isto é, significa respeito mútuo, a não discriminação. Com base nessa perspectiva, a educação inclusiva intenciona que todos os alunos aprendam, respeitando as características de cada estudante, em um processo que deve estar situado em um ambiente inclusivo e acolhedor.

A educação inclusiva oferece alternativas pedagógicas que possam atender às necessidades educacionais de cada aluno, seja ele com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, integrando-o ao sistema regular de ensino. A Declaração de Salamanca, documento elaborado em assembleia por delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais, na cidade de Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reconhece

esse direito, reafirmando o compromisso e a necessidade de ingressar todos no sistema regular de ensino, afirmando “a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (BRASIL, 1994).

Como podemos perceber, o acesso de todos os alunos no sistema regular de ensino, independentemente de suas especificidades, é uma necessidade da escola. De acordo com Meirieu (apud MILANESE, 2012, p. 22):

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola [...] é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva.

Em última instância, a escola, sob a perspectiva da educação inclusiva, é aquela que recebe crianças sem deficiência e com deficiência, de braços abertos. Também, deve ser um lugar que valoriza as diferenças e que oferece a todos a oportunidade de conviver e aprender em harmonia.

1.2 O Atendimento Educacional Especializado

No âmbito da educação inclusiva, temos o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ele integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo, como o próprio nome diz, o atendimento educacional especializado. O AEE é fundamental para a promoção e o pleno desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado tem como objetivos:

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento

complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2007).

Conforme podemos visualizar acima, o AEE não substitui o ensino regular, ele deve acontecer de forma concomitante a este, complementando a formação de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e suplementando a formação de estudantes com altas habilidades/superdotação.

De acordo com a Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, no Brasil, o AEE é ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais ou em centros educacionais especializados da rede pública, ou, ainda, em instituições comunitárias, filantrópicas, sem fins lucrativos.

É importante, para o desenvolvimento pleno do aluno com necessidades educacionais especiais, que ele esteja matriculado e frequentando o ensino regular e sendo também acolhido no Atendimento Educacional Especializado. A matrícula será computada duplamente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), de modo a assegurar o vínculo do aluno ao sistema público de educação, tanto no ensino regular quanto no AEE, de forma concomitante.

A escola deve identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos e prover um atendimento especializado, se necessário. Para isso, ela deverá realizar avaliações, contando com a experiência do seu corpo docente, assistência técnica e a participação efetiva da família, fazendo as colaborações necessárias para a identificação do tipo de atendimento que o estudante necessita e o seu encaminhamento.

A participação da família se configura de forma imprescindível no apoio e no fornecimento de informações precisas, na parceria em busca de melhores resultados para o desenvolvimento pleno do aluno, de forma a ampliar o aprendizado e a criatividade no realizar de suas funções pessoais e sociais. A escola atuará em unidade com a família, tanto como colaboradora para efetuar a matrícula do aluno no AEE quanto para garantir a sua permanência, sem prejuízos, na frequência ao ensino regular.

Em suma, o Atendimento Educacional Especializado atua mantendo relações com o ensino regular na elaboração de propostas de atividades, construção do currículo, bem como demais atividades que convergem para o desenvolvimento do estudante. A interatividade

entre ensino regular e atendimento especializado é fundamental para o sucesso do aluno. A proposta curricular do ensino comum deve convergir para a superação dos limites do aluno com necessidades educacionais especiais, bem como o AEE deve articular seu atendimento com a proposta do ensino comum, de modo que seja realmente complementar ou suplementar. A gestão da escola deve promover essa articulação na elaboração de propostas de ensino, na construção curricular. Deve, também, incentivar a participação da família e o acompanhamento efetivo na educação do filho.

1.3 Salas de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços criados, preferencialmente em escolas públicas da educação básica, para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de alunos com necessidades educacionais especiais. Estas salas recebem o apoio técnico e financeiro do Ministério de Educação (MEC).

A nomenclatura Sala de Recursos Multifuncionais é carregada de significação. O termo “Recursos” diz respeito aos diferentes materiais didáticos/pedagógicos, equipamentos e mobiliários utilizados para o desenvolvimento e a aplicabilidade do projeto pedagógico construído pelo AEE em unidade com o ensino regular. Já o termo “Multifuncionais” traduz as várias funções prestadas nesse ambiente, o qual acolhe alunos com diferentes necessidades de aprendizagem, cada um atendido de acordo com suas especificidades.

Para apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), instituiu, no ano de 2007, o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. De acordo com o seu documento orientador, o programa tem, dentre outras, a função de

apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública, fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2007).

As Salas de Recursos Multifuncionais são adquiridas pela Secretaria de Educação por meio de um cadastro realizado no Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação (SIGETEC). No ato de realização do cadastro, a Secretaria cadastra o gestor municipal, se a escola for municipal, indica a escola a ser contemplada, confirma a existência do espaço físico e de professor para atuar, tudo de acordo com as normas estabelecidas pelo programa. É também de responsabilidade da Secretaria de Educação o monitoramento da entrega e da instalação dos recursos, o acompanhamento do funcionamento das salas, promovendo a assistência técnica, a manutenção e a segurança dos recursos. Deve, também, oferecer orientação para institucionalizar a oferta do AEE no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contemplada, bem como promover a participação dos professores em cursos de formação para o Atendimento Educacional Especializado.

De acordo com a Nota Técnica – SEESP/GAB/ N°11/2010, na implantação da Sala de Recursos Multifuncionais para a oferta de AEE, compete à escola contemplar em seu PPP a oferta do AEE, flexibilizando a organização para o atendimento; registrar no Censo Escolar MEC/INEP as matrículas dos alunos no Atendimento Educacional Especializado, como também no ensino regular; incentivar a articulação entre os professores do AEE e do ensino regular; e promover a formação dos professores para o Atendimento Educacional Especializado.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza mobiliários, equipamentos e materiais didáticos/pedagógicos para a oferta do AEE. As salas são classificadas em tipo I e tipo II. Os itens de composição das salas dispõem-se da seguinte maneira, conforme podemos visualizar nos quadros a seguir.

Quadro 1 - Sala Recursos Multifuncionais do Tipo I

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
EQUIPAMENTOS	
Microcomputadores	02
Laptop	01
Estabilizador	01
Scanner	01

Impressora laser	01
Teclado com colmeia	01
Acionador de pressão	01
Mouse com entrada para acionador	01
Lupa eletrônica	01
MOBILIÁRIOS	
Mesa redonda	01
Cadeiras	04
Mesa para impressora	01
Armário	01
Quadro branco	01
Mesas para computador	02
Cadeiras	02
MATERIAL DIDÁTICO/PEDAGÓGICO	
Material dourado	01
Esquema corporal	01
Bandinha rítmica	01
Memória de numerais 1	01
Tapete alfabético encaixado	01
Software Comunicação Alternativa	01
Sacolão Criativo Monta Tudo	01
Quebra-cabeças – sequência lógica	01
Dominó de Associação de Ideias	01
Dominó de frases	01
Dominó de Animais em Libras	01
Dominó de Frutas em Libras	01

Dominó tátil	01
Alfabeto Braille	01
Kit de lupas manuais	01
Plano inclinado – suporte para leitura	01

Fonte: Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2007).

As salas do tipo II contêm todos os recursos das salas do tipo I, acrescidas dos recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual.

Quadro 2 - Sala Recursos Multifuncionais do Tipo II

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIDÁTICOS/PEDAGÓGICOS	
Impressora Braille – pequeno porte	01
Máquina de datilografia Braille	01
Reglete de Mesa	01
Punção	01
Soroban	01
Guia de assinatura	01
Kit de Desenho Geométrico	01
Calculadora sonora	01

Fonte: Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2007).

Os itens denominados acima são entregues na própria escola, conforme descrição do endereço informado no Censo Escolar. O MEC/SEESP acompanha e fiscaliza a entrega por meio de sistema informatizado. O profissional da escola que receber os itens deverá conferir a nota e a entrega dos materiais, assinando um termo de recebimento. No ato da instalação, o profissional da escola deverá assinar um termo de aceitação.

As Salas de Recursos Multifuncionais devem ser mantidas em funcionamento, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos alunos matriculados no ensino regular que possuem necessidades educacionais especiais e que estiverem devidamente registrados no Censo Escolar MEC/INEP. Esse registro é necessário para manter informatizado sobre a entrada e saída, bem como sobre a quantidade de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no ensino regular. De acordo com o “Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, elaborado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, em 2010, o MEC/SEESP planeja a expansão do programa com base nas informações das escolas disponibilizadas no Censo Escolar. Por meio dessas informações, as salas poderão ser ampliadas, bem como renovados os equipamentos e mobiliários existentes. Nesse sentido, é imprescindível o preenchimento dos formulários enviados pelo MEC/SEESP para a obtenção de informações e atualizações do cadastro.

1.3.1 O professor das Salas de Recursos Multifuncionais

O professor que atua no Atendimento Educacional Especializado ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais não restringirá seu desempenho às atividades realizadas dentro desse espaço. A metodologia aplicada será baseada na promoção da acessibilidade e do desenvolvimento de habilidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, para que estes possam melhorar seu desempenho na sala de aula regular e nos outros ambientes frequentados por ele.

Para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais, o professor deve ter conhecimentos sobre educação especial, além de ser capacitado para esse tipo de atendimento. A Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, do Ministério da Educação, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, em seu art. 12º, diz: “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. O trabalho realizado pelo professor terá como intuito principal auxiliar o aluno a superar suas necessidades educacionais especiais, a fim de que possa acompanhar o currículo escolar do ensino regular.

A Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001, elaborada pela Câmara de Educação Básica, a qual institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, caracteriza o professor apto para o AEE da seguinte maneira:

São considerados *professores especializados em educação especial* aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001). (grifos do autor)

Por serem diferenciadas as necessidades dos alunos matriculados no AEE, deverão ser multifuncionais as funções do professor. É preciso que ele tenha qualificação específica para atuar de forma flexível nesse atendimento.

A Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, em seu art. 13º, institui diretrizes para a atuação do professor nas Salas de Recursos Multifuncionais, designando atribuições a serem realizadas no trabalho docente:

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

O professor do AEE precisa atuar em união com os professores do ensino regular, estabelecendo estratégias de ensino para o melhor desempenho do aluno. Os planos pedagógicos deverão ser construídos em conformidade para um complementar o outro e não ocorrer a distorção do ensino/aprendizagem. Ter conhecimento sobre os trabalhos realizados na sala de ensino regular servirá para melhor fundamentar a ação no AEE, bem como o professor do ensino regular precisa conhecer as técnicas empregadas para o desenvolvimento das habilidades do aluno no Atendimento Educacional Especializado, de modo que possa contribuir para o aprimoramento na realização das atividades.

CAPÍTULO 2: OBJETIVOS

Neste capítulo, serão apresentados os objetivos desta pesquisa, falaremos sobre cada um deles, a forma como são almejados e o que se pretende, de forma geral, com este trabalho.

2.1 Objetivo geral

Refletir sobre a funcionalidade das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) como ferramenta para a educação inclusiva, no contexto de uma escola pública do município de Malhada (BA).

2.2 Objetivos específicos

- Investigar o nível de conhecimento da comunidade escolar (professores e direção) a respeito da funcionalidade da Sala de Recursos Multifuncionais da escola em que atuam.
- Averiguar a operacionalidade da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no Atendimento Educacional Especializado (AEE), isto é, averiguar se a escola em questão utiliza a SRM para promover a inclusão escolar de seus alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), e em qual grau.
- Promover reflexões acerca do uso da Sala de Recursos Multifuncionais na promoção da educação inclusiva.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

Neste capítulo, será exposta a metodologia empregada neste estudo, de modo a explicitar os caminhos que nortearam a construção desta pesquisa.

3.1 Fundamentação teórica da metodologia

A metodologia desta pesquisa é qualitativa. Para Myers (apud DIAS, 2009), a pesquisa qualitativa “busca compreender o fenômeno a partir dos próprios dados, das referências fornecidas pela população estudada e dos significados atribuídos ao fenômeno pela população”.

Por meio desta pesquisa, conforme já dito anteriormente, procurou-se refletir sobre a funcionalidade das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) como ferramenta para a educação inclusiva, no contexto de uma escola pública do município de Malhada (BA). Para tanto, a pesquisa concentrou-se em um estudo de caso. De acordo com Araújo et al. (2008), o estudo de caso “trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores”.

O instrumento de pesquisa utilizado para coleta de dados foi um questionário semiestruturado, que, segundo Severino (2013, p. 125), destina-se “a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. As questões que compõem o questionário são abertas, pois, desta maneira, “o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal” (SEVERINO, 2013, p. 126). Esse instrumento tem as perguntas previamente formuladas, permanecendo dentro do assunto atribuído. De acordo com Lodi (1974 apud DIAS, 2009), “o principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não nas perguntas”.

Para Reneker (1993 apud DIAS, 2009), “a pesquisa qualitativa é indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos”.

Portanto, os instrumentos escolhidos e a forma qualitativa da pesquisa concorrerão para que se chegue aos objetivos almejados pela pesquisa.

3.2 Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de ensino fundamental II que atende 353 alunos distribuídos nos três turnos. No turno matutino, são 172 alunos; no turno vespertino, 134; no turno noturno, 47. Há alunos de 14 localidades da zona rural. Do total de alunos matriculados na escola: 2 são alunos com deficiência intelectual e 1 aluno com deficiência física; entretanto, somente um deles possui laudo médico. Os três necessitam do Atendimento Educacional Especializado.

A escola funciona com 1 diretor, 1 vice-diretora, 1 coordenadora pedagógica, 1 secretária, 4 auxiliares de secretaria, 1 bibliotecária, 22 professores, sendo que nenhum destes profissionais possui formação específica para a educação especial. Nessa escola, há uma Sala de Recursos Multifuncionais, sobre a qual se realizou a pesquisa.

Quanto à estrutura física, há alguns ajustes que necessitam ser feitos, no entanto, pode-se perceber as rampas eliminando os degraus. As portas das salas e o interior delas facilitam a acessibilidade. A cantina, mesmo com rampa, ainda é de difícil acesso. O banheiro masculino está adequado, no entanto, o feminino precisa ser totalmente transformado para se adequar às necessidades especiais de quem precisa. No pátio, ainda há alguns empecilhos para a acessibilidade segura de todos os alunos. Há espaço na biblioteca para alunos com NEE entrarem, se movimentarem, mas a disposição dos livros impossibilita que um aluno cadeirante, por exemplo, tenha o acesso adequado às prateleiras.

3.3 Participantes

Os participantes da pesquisa foram um gestor escolar e três professores do ensino regular. O primeiro trabalha na escola pesquisada há dois anos. Foi nomeado ao cargo de diretor pelo gestor municipal e, desde meados de 2013, está à frente dessa instituição, conduzindo-a e direcionando-a no fazer educacional.

Para assegurar o sigilo da pesquisa, não expondo os participantes, os professores são chamados de prof.1, prof. 2 e prof. 3 e o diretor da instituição de gestor.

A professora, chamada de prof. 1 na pesquisa, é formada em letras, trabalha nessa instituição há 16 anos. Já foi diretora escolar, coordenadora pedagógica e, atualmente, trabalha com a disciplina de português nas séries finais do ensino fundamental.

O professor, chamado de prof. 2 na pesquisa, é formado em matemática, trabalha há mais de 18 anos nessa instituição como docente. Atualmente, trabalha com a disciplina de matemática nas séries finais do ensino fundamental.

A professora, chamada de prof. 3 na pesquisa, é formada em história, trabalha há mais de 19 anos como docente. Trabalha com a disciplina de história nessa instituição.

Todos os professores participantes dão aulas no ensino regular e têm alunos com necessidades educacionais especiais na turma.

3.4 Materiais

Para realização desta pesquisa, foram usados os seguintes materiais: papel ofício, tinta para impressora, impressora, computador, caneta esferográfica, bloco de anotações.

3.5 Instrumentos de construção de dados

Para a construção dos dados, foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: questionário semiestruturado e observações.

É importante destacar que os questionários foram construídos previamente a partir de categorias de análise, a fim de facilitar a compreensão das perguntas por parte do sujeito participante, bem como para facilitar a construção da análise dos dados por parte do pesquisador.

Um questionário semiestruturado (Apêndice A) foi aplicado ao diretor da escola. Ele é composto por duas categorias de análise, são elas: Categoria 1: O Atendimento Educacional Especializado (AEE); e Categoria 2: A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

Um outro questionário semiestruturado (Apêndice B) foi aplicado aos professores participantes da pesquisa. Ele é composto por três categorias de análise, são elas: Categoria 1: Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular; Categoria 2: O Atendimento Educacional Especializado (AEE); e Categoria 3: A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

As observações foram realizadas em dois momentos. Em um primeiro momento, buscou-se conhecer a estrutura física da escola e da Sala de Recursos Multifuncionais. Já em um segundo momento, objetivou-se conhecer essa sala com maior riqueza de detalhes, sua organização e funcionamento, quando e como foi construída, bem como os planos e projetos para o seu funcionamento.

3.6 Procedimentos de construção de dados

A escolha da instituição para a realização da pesquisa seguiu alguns critérios, tais como: na localidade, foi a primeira escola que recebeu uma Sala de Recursos Multifuncionais; por já se ter efetivado um trabalho de observação nessa SRM durante a realização deste curso; e pelo vínculo com a pesquisadora. Essa é a escola em que a pesquisadora realizou todo o ensino fundamental II e médio e onde trabalha atualmente.

Os participantes da pesquisa foram eleitos pelo papel desempenhado na promoção da educação. Primeiramente, a gestão escolar, por ser ela a “direcionadora” da escola, quem está à frente abrindo os caminhos para o desenvolvimento da educação. Deve estar atenta às leis e conduzir a instituição de forma legal, tendo como norte os princípios dos direitos humanos e da igualdade. Os professores, em uma sala de aula, estão também à frente, são eles que direcionam as práticas educativas dentro desse espaço. São também eles que enfrentam os maiores desafios na construção de uma educação inclusiva, promovendo a inclusão de todos os alunos na proposta educacional. Diferenças estão presentes na sala de aula, sejam elas físicas, intelectuais, sociais, econômicas, ideológicas e/ou tantas outras. Os docentes devem conduzir a turma para que essas diferenças sejam sinais de crescimento e não de retrocesso do aprendizado.

Os procedimentos de construção dos dados se deram da seguinte forma: primeiramente, a pesquisadora conversou com a direção da escola, especificando o curso que realizava e a intenção de efetivar uma pesquisa monográfica na instituição sobre a Sala de

Recursos Multifuncionais. Nesse momento, explicou-se os motivos da escolha da instituição, os objetivos da pesquisa e os procedimentos que seriam adotados para a coleta de dados. A direção se colocou disponível e disse que a escola estaria de portas abertas para acolher o estudo. Sendo assim, a pesquisadora entregou a Carta de Apresentação (Anexo B), que foi assinada pelo diretor em duas vias.

Após isso, foi entregue e assinada pelo gestor, em duas vias, a Carta de Aceite Institucional (Anexo A). Realizado esse procedimento, realizou-se visitas à Sala de Recursos Multifuncionais para averiguar a situação funcional desse espaço. Em conversas com a direção, os dados foram sendo construídos.

Com a autorização da orientadora do trabalho para ir a campo, a pesquisadora voltou à escola e entregou à equipe gestora o questionário (Apêndice A) para ser respondido. O outro passo foi averiguar quais professores do ensino regular lecionavam para alunos com NEE e que estavam disponíveis para participar da pesquisa. Feita a escolha de três professores, conversou-se de modo particular com cada um, explicando o curso realizado, o tema da pesquisa que já estava sendo desenvolvida na escola e convidando a participar respondendo ao questionário (Apêndice B). Todos os três escolhidos aceitaram. Então, a pesquisadora entregou o questionário, pediu para que lessem e, caso tivessem alguma dúvida, ela estaria disponível para esclarecer. Junto com o questionário, também foi entregue aos professores e à equipe gestora o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C).

3.7 Procedimentos de análise de dados

As respostas e os dados obtidos por meio dos questionários aplicados foram analisados à luz da fundamentação teórica empregada nesta pesquisa. Os documentos, as resoluções e as notas técnicas do Ministério da Educação (MEC) foram as principais referências para a análise dos dados, de modo que o leitor, sobretudo os educadores, possam tecer reflexões acerca da funcionalidade das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) como ferramenta para a educação inclusiva.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, analisaremos os dados obtidos por meio dos questionários semiestruturados aplicados aos participantes desta pesquisa. Através desses instrumentos de coleta de dados, direcionados ao gestor e aos professores, foi possível compreender a organização e o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais pesquisada. Os questionários foram distribuídos em categorias, conforme serão analisados a seguir.

4.1 Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular

A escola deve acomodar todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, psíquicas e/ou intelectuais. O direito à educação é de todos. A Declaração de Salamanca (1994), da qual falamos anteriormente na fundamentação teórica, afirma que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”. Esse documento assegura que alunos com NEE, além de serem matriculados no ensino regular, devem ter suas necessidades e especificidades atendidas pela escola, para que não corram o risco de apenas estarem presentes fisicamente e nos números de registros da instituição. Aqui, entra a função da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), isto é, de fazer um trabalho complementar para que o aluno encontre diferentes alternativas de desenvolvimento de suas habilidades e acompanhe o currículo da escola, e este deve ser proporcional às necessidades de cada estudante, não o contrário.

A Declaração de Salamanca (1994) dá especificações para o entendimento acerca do termo necessidades educacionais especiais: “O termo ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem”. No entanto, o documento não se limita somente a essa descrição, ele dá outras especificações para a compreensão de escola inclusiva:

Escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares.

Diante disso, vale a reflexão de que a escola inclusiva não se limita apenas ao atendimento de alunos com NEE, mas vai além, compreende todos os alunos que, por algum motivo, tenham problemas de aprendizagem ao longo do percurso acadêmico.

Nos questionários aplicados, ao perguntar aos professores a opinião de cada um acerca da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, eles responderam: “Penso que a inclusão é uma ‘porta aberta’ para o sucesso dos alunos com necessidades especiais. Contudo, esse sucesso depende de transformações profundas na escola no que se refere à metodologia, currículo e avaliação” (prof. 1); “Pode possibilitar aos alunos com necessidades especiais o melhor desenvolvimento possível nas classes regulares” (prof. 2); “A convivência com a escola vai desenvolver sua socialização” (prof. 3).

O prof. 1 acredita na inclusão como caminho para o sucesso, entretanto, diz que a escola precisa fazer uma série de modificações metodológicas, curriculares e avaliativas. As mudanças necessárias citadas pela prof. 1 vão ao encontro da proposta de inclusão, em que a escola precisa “se mexer”, “mudar” para adequar-se às condições dos seus alunos. Essa mudança começa realmente pela metodologia, pelo currículo e pelas formas de avaliação. Somente assim o aluno com NEE poderá realizar o “melhor desenvolvimento possível”, conforme destacou o prof. 2.

Os professores participantes da pesquisa citaram fatores positivos e negativos, na opinião deles, sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Fatores positivos:

- Prof. 1 – A socialização e a oportunidade de desenvolver habilidades não esperadas.
- Prof. 2 – A inclusão com os demais melhora a autoestima e aprendizagem.

- Prof. 3 – Convivência.

Fatores negativos:

- Prof. 1 – Falta de preparação das escolas e/ou professores e organização curricular.
- Prof. 2 – Carência de profissional especializado, falta de material pedagógico.
- Prof. 3 – Falta de compromisso dos estabelecimentos educacionais e falta de profissional qualificado para as necessidades especiais.

Considerando os fatores positivos, podemos acrescentar que os alunos chamados “normais” também têm a possibilidade de crescimento convivendo com as diferenças. Não é somente o aluno com NEE que melhor se desenvolve, mas a turma inteira cresce junto, pois os alunos aprendem juntos. Toda a escola ganha com isso, pois aí está a oportunidade de reavaliar os conceitos, o currículo, a metodologia, o plano político pedagógico etc. para se adequar às necessidades dos alunos. Ou seja, mexe com toda a organização. Mas é assim que se constrói educação, mexendo, revirando, inovando e praticando. Acomodar no “sempre fiz assim” é perder ponto para as transformações que poderão surgir. Nesse sentido, Fraiman (2013, p. 42) destaca que “é preciso coragem para desafiar os currículos e injetar mais vida, mais significado às aulas”. O autor diz, ainda, que a escola precisa evoluir.

A escola prepara o cidadão para a convivência social, preparação profissional e crescimento intelectual. Sendo assim, no mundo social, são inúmeras as diferenças que todos os alunos vão encontrar na luta por novos conhecimentos e na busca de uma realização profissional. Neste âmbito, Perrenoud (apud FRAIMAN, 2013, p. 42) diz que “a escola precisa preparar para a vida, com vida”.

Quanto aos fatores negativos, enfatizemos o primeiro citado pelo prof. 1: “Falta de preparação das escolas e/ou professor”. Este é, realmente, o ponto-chave desta discussão. A educação carece de profissionais mais preparados para atuar na escola inclusiva. Infelizmente, os alunos com NEE são “jogados” no ensino regular e a escola, bem como o professor, vê-se sem rumo, sem saber o que fazer com aquele aluno, pois nunca recebeu nenhum tipo de orientação sobre como proporcionar o aprendizado a um aluno com necessidade educacional especial. Sobre isso, Arantes (2006, p. 101) relata que “frequentemente ouvimos os/as

professores/as argumentando que não foram preparados para promover o ensino inclusivo”. Ainda nessa direção, temos Prieto (2006, p. 103), que comenta:

No âmbito das instituições de ensino superior, a formação inicial deve, no mínimo, assegurar aos futuros profissionais: domínio teórico para sustentar ações compromissadas com a construção de outras bases sociais, aquelas em que, ao menos, a desigualdade não possa ser justificada sob nenhuma condição; e conhecimentos para elaborar propostas de enfrentamento à realidade escolar brasileira, marcada por tantos desajustes que exigem dos profissionais a definição do que defendem enquanto papel social da educação escolar e, com isso, quais princípios devem reger suas ações.

Preparar a escola, com todos os seus profissionais, deveria ser o passo primeiro para a construção de uma escola inclusiva. Temos, agora, a necessidade de promover a inclusão, muitas vezes, com “a cara e a coragem”. Então, o professor age “no escuro”, sem saber se sua prática está contribuindo para a inclusão ou se no fundo está distanciando ainda mais o aluno do sistema de aprendizagem, se está favorecendo com que ele se sinta diferente e menor do que os outros.

Está claro, então, que é necessária a formação continuada para professores em exercício. A modalidade Educação a Distância (EaD) pode ser propícia. Para os iniciantes na formação pedagógica, é importante maior aprofundamento nesse tema, de modo que os futuros alunos, os que ainda irão fazer parte do sistema educacional, não tenham de sofrer as mesmas penalidades dos da atualidade. A educação deve caminhar se transformando e esta transformação começa na base. E a base, onde está? Nas séries iniciais? Não. Está na formação inicial e continuada dos professores, pois eles são os condutores, são eles que estão à frente apontando os caminhos para os estudantes trilharem na aquisição e transformação do aprendizado. Nesse sentido, Mantoan (2006, p. 102) argumenta:

Penso que já passou da hora de revermos a formação inicial dos professores especializados, de modo que possam garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência na escola comum, preparando-se para dispensar a esses aprendizes o atendimento educacional especializado. (...) O ideal seria utilizar os recursos de ensino a distância para formar emergencialmente professores, em todo o Brasil, no atendimento às deficiências sensoriais, físicas e intelectuais em nível de extensão. (...) Enquanto essas ações não acontecem efetivamente, os profissionais, já habilitados, tem de se atualizar, para entender e realizar o novo enfoque complementar do ensino especializado.

Na visão dos professores participantes desta pesquisa, a escola em que eles lecionam, no que diz respeito à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, encontra-se da seguinte forma:

Fisicamente:

- Prof. 1 – “Foram realizadas algumas reformas na escola, mas ainda não é totalmente acessível”.
- Prof. 2 – “Sim. Existe o espaço de uma sala”.
- Prof. 3 – “Na área física a escola está tentando adequar a esta necessidade”.

Materialmente:

- Prof. 1 – “Não há disponibilidade de materiais adequados”.
- Prof. 2 – “Não. Só vi dois computadores e uma impressora, acho muito insignificante”.
- Prof. 3 – “Ainda falta muito”.

Pedagogicamente:

- Prof. 1 – “Não há intervenções voltadas para alunos com necessidades especiais”.
- Prof. 2 – “Não vi nenhum tipo de material”.
- Prof. 3 – “Não tem profissional qualificado para amparar essas necessidades”.

Na opinião dos professores, fisicamente, a escola tem tentado se adequar para tornar-se uma escola inclusiva, proporcionando acessibilidade a todos os alunos. Por meio das observações realizadas, e andando pelo prédio, percebe-se a construção de rampas, banheiros (somente o masculino) sendo modificados para que cadeirantes possam utilizá-los adequadamente. A construção física da Sala de Recursos Multifuncionais também tem sido um avanço.

Materialmente, os professores não descrevem nada, sentem-se totalmente desprovidos de materiais que possam auxiliá-los no desenvolvimento do plano pedagógico, de maneira a incluir os alunos com NEE. Durante a realização da pesquisa, presenciou-se a chegada de materiais didático/pedagógicos que poderão dar maior suporte no desenvolvimento das atividades dos alunos com NEE. Entretanto, esse material precisará ser apresentado aos educadores e disponibilizá-los para o uso.

Pedagogicamente, os docentes carecem de orientação sobre os alunos com NEE, carecem de alguém que tivesse formação específica e pudesse orientá-los no trabalho pedagógico. Que, juntos, pudessem realizar projetos intervencionistas voltados para os alunos com NEE, de modo que, conhecendo as necessidades específicas de cada um e tendo orientação adequada, fosse possível realizar um trabalho pedagógico eficaz e com resultados positivos.

Diante do exposto, os professores sabem da necessidade de incluir os alunos com NEE no sistema de ensino, têm consciência de que seus alunos precisam de apoio complementar para desenvolverem melhor suas habilidades, mas sentem-se também sem preparo e sem amparo pedagógico para incluir de verdade esses alunos.

Seria interessante, nesse sentido, que a Secretaria de Educação tomasse consciência e responsabilidade por esta situação e proporcionasse meios para que ao menos uma pessoa por escola recebesse formação para atuar com alunos com NEE. Que esta direcionasse as atividades dos professores, fosse um(a) orientador(a) para que os docentes tivessem amparo e se sentissem mais seguro na realização do trabalho pedagógico com todos os alunos. Quem sabe, assim, criaria projetos de intervenção voltados para alunos com NEE, favorecendo o seu desenvolvimento e uma inclusão no sistema de ensino, deixando de ser apenas número nos registros escolares e passando a ser realmente integrante do currículo. A esse respeito Mantoan (2006, p. 102) afirma que “é urgente e imprescindível que o poder público se mobilize, criando condições para que esses profissionais se tornem capazes para esse trabalho a curto e a médio prazo”.

As mudanças poderiam começar pelo currículo da escola, adequando este às necessidades dos alunos, reelaborando as propostas de ensino, caso julgassem necessário e construindo uma parceria com as famílias, de modo que a participação delas na construção e aplicação da proposta curricular tivesse um papel concreto. A publicação *Saberes e práticas da inclusão: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*, elaborada pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, em 2008, nos aponta que:

se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos (p. 34).

Em última instância, o currículo escolar precisa ser construído para atender às necessidades educacionais dos alunos, não o contrário. Somente assim os alunos com NEE poderão acompanhá-los, alcançando uma participação mais significativa na vida escolar.

4.2 Organização e funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais na escola pesquisada

A Sala de Recursos Multifuncionais da escola pesquisada foi instalada no ano de 2014. Inicialmente, a escola preparou o espaço físico dentro das instalações em que se realiza o ensino regular, para depois receber os primeiros equipamentos e mobiliários, os quais foram: dois microcomputadores, dois estabilizadores, um *scanner*, uma impressora a laser, dois teclados com colmeia, dois *mouses* com entrada para acionador, uma mesa para impressora, duas mesas para computador e duas cadeiras. Com esse material disponibilizado foi montada a sala. No ano de 2015, durante a realização da pesquisa, a escola recebeu os seguintes materiais didáticos/pedagógicos: material dourado, esquema corporal, memória de numerais, tapete alfabético encaixado, quebra-cabeças – sequência lógica, dominó de associação de ideias, dominó de frases, dominó de animais em Libras, dominó tátil, alfabeto Braille, *kit* de lupas manuais, plano inclinado – suporte para leituras.

De acordo o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, elaborado pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, em 2007, as Salas

de Recursos Multifuncionais foram criadas para dar apoio ao sistema regular de ensino, melhorando quantitativa e qualitativamente o Atendimento Educacional Especializado, na promoção da inclusão escolar de alunos que necessitam. O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais tem como objetivo geral:

Apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública, fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2007).

O gestor da instituição pesquisada assume que a escola não cumpre esse objetivo, “parcialmente por ter sido instalada recentemente e não temos um profissional especializado na área”. Ele atribui o não cumprimento da finalidade de instalação das salas a dois motivos: o pouco tempo de criação e a falta de profissional especializado. Entretanto, não assume que é dever da escola, juntamente com a Secretaria de Educação Municipal, se responsabilizar para conseguir um profissional que tenha a formação específica para trabalhar nesse espaço. Caso não tenha um professor com os requisitos necessários para esse atendimento, a Secretaria de Educação pode promover, em conjunto com outras secretarias, no âmbito municipal, estadual ou da União, cursos de formação que qualifiquem um profissional, tornando-o apto para o Atendimento Educacional Especializado. A Secretaria de Educação Municipal poderá escolher um professor do ensino regular que já tenha formação acerca da docência para se especializar em educação especial, na área de Atendimento Educacional Especializado, para assim poder dar suporte aos outros professores.

Os professores que participaram desta pesquisa disseram que as SRM são espaços de extrema importância na promoção da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, contudo, é necessário ter profissional especializado.

Ao questionar os professores se estes se sentiam preparados para atuarem na Sala de Recursos Multifuncionais da escola em que lecionam, todos disseram que não, por não terem conhecimentos profissionais adequados, que a SRM, na instituição, ainda é algo novo e um tanto desconhecida e por não terem recebido nenhum tipo de treinamento. Na verdade, esses professores representam os outros docentes desse estabelecimento. Esse espaço criado para o atendimento especializado não é conhecido como realmente deveria ser pelos profissionais da

escola. É necessário não apenas divulgar a existência dela, mas, sobretudo, esclarecer a sua importância e por que o MEC a disponibiliza para as escolas.

Mais uma vez, é importante falar sobre a necessidade de formar profissionais para o atendimento nesse espaço. Tão importante quanto ter os equipamentos, mobiliários e materiais didáticos/pedagógicos, é ter professor para trabalhar. Os resultados chegarão aos alunos e refletirão na sociedade. Talvez a diferença para a escola não seja muito notada, mas para um aluno que quer melhorar seu aprendizado, tendo maiores condições de se desenvolver e ser inserido socialmente, devido, em parte, ao atendimento especializado, fará toda a diferença. Por isso é indispensável buscar apoio necessário para o funcionamento dessa sala. Sobre isso, a Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº11/2010 diz:

Esse atendimento constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino para apoiar o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo de todo o processo de escolarização. O acesso ao AEE constitui direito do aluno público alvo do AEE, cabendo à escola orientar a família e o aluno quanto à importância da participação nesse atendimento (BRASIL, 2007).

A contribuição que o Atendimento Educacional Especializado ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais pode oferecer ao ensino regular é indiscutível. Sabe-se que esse trabalho contribui para o melhor desenvolvimento do educando com necessidades especiais de aprendizagem e oferece condições para que ele participe das aulas regulares de forma mais ativa. De acordo com o art. 2º da Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, “o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009).

É importante ter ciência de que esse atendimento não é nenhum método milagroso que resolverá todo e qualquer problema de aprendizagem. Ele é um complemento ao ensino, é uma oportunidade a mais para o aluno se desenvolver, visto que será estimulado por professor com conhecimentos especializados e que tem maiores subsídios de alcançar sua zona de desenvolvimento real e alargar a zona de desenvolvimento proximal (VIGOTSKI, 1994 apud KELMAN, 2010).

Portanto, a possibilidade de aprendizagem é maior, pois ele terá um atendimento que buscará superar as dificuldades, descobrindo métodos e caminhos distintos para a transformação do saber.

O gestor escolar afirmou no questionário que a escola recebeu recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – Programa Dinheiro Direto na Escola/Acessibilidade para a criação da sala. O dinheiro recebido foi aplicado na adequação do espaço para o recebimento dos equipamentos. Entretanto, nada esclareceu sobre o recurso necessário para a manutenção da sala, deixando subentendido que não há recurso específico para tal fim.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, em seu art. 10º, dispõe sobre a necessidade de contemplação da oferta do AEE no PPP, contendo informações sobre a Sala de Recursos Multifuncionais, identificando os itens que a compõem; a realização de matrículas no AEE a alunos que já estão inseridos no ensino regular, seja da mesma escola ou de outra instituição; o cronograma de atendimento a esses alunos, com o horário e o tempo de duração desse atendimento; o plano para o AEE, dispondo sobre a identificação das necessidades educacionais dos alunos e os recursos necessários para esse atendimento; dispor os professores para o AEE, bem como outros profissionais necessários para dar apoio, tais como intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guia-intérprete ou outros para o auxílio nas atividades alimentares, de higiene e locomoção. Ao ser questionado como é contemplada no PPP da escola a oferta do AEE, o gestor escolar nada esclareceu, dizendo apenas que “a sala já está em funcionamento, falta a disponibilidade de professor específico”.

Com tal afirmação, não se pode dizer que no PPP se contempla algo sobre a institucionalização da oferta do AEE. Espera-se que haja um planejamento sobre como se pretende usar essa sala, que haja um levantamento de dados sobre quantos e quais alunos necessitam do AEE e que tipo de atendimento será favorável a esses alunos para o seu desenvolvimento educacional. A Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº11/2010, que dispõe sobre a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares, assegura que no projeto político pedagógico da escola deve contemplar o plano de AEE com

identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; planejamento das atividades a serem realizadas; avaliação do desenvolvimento e acompanhamento dos alunos; oferta de forma individual

ou em pequenos grupos; periodicidade e carga horária; e outras informações da organização do atendimento conforme as necessidades de cada aluno (BRASIL, 2010).

Os professores, ao serem indagados no questionário sobre o nível de conhecimento acerca dos recursos que compõem a Sala de Recursos Multifuncionais da escola em que lecionam, responderam da seguinte forma: “Conheço os equipamentos (computador e impressora). Porém, não tenho conhecimento da organização e administração desses recursos” (prof. 1); “Bem pequeno. Acho que são dois computadores e uma impressora. Mas vejo a sala sempre fechada com cadeado” (prof. 2); “Tenho conhecimento mínimo de uma única sala na escola que trabalho, os recursos são poucos e além disso não funciona por que não tem profissional qualificado. Temos alunos com necessidades especiais” (prof. 3).

Diante do quadro exposto pelos professores participantes da pesquisa, é possível dizer que a SRM dessa escola ainda não cumpre os objetivos propostos pelo MEC. Resumindo as falas dos três professores, pode-se dizer que nada sabem sobre a organização e administração dos recursos disponíveis, veem a sala sempre fechada e na escola há alunos com NEE. O PPP da escola deve ser construído em conjunto com todos os funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade local. Nesse documento, se estivesse exposto, de forma clara, termos de funcionamento do AEE na SRM, os docentes teriam maiores informações acerca do planejamento de oferta do AEE.

Apesar de ser necessário ter para a SRM um profissional especializado para o atendimento, toda a equipe docente do ensino regular precisa ter conhecimento sobre o trabalho a ser desenvolvido nesse espaço. E o mais importante, o professor especializado precisa ter uma ligação pedagógica com o professor do ensino regular, pois será um trabalho de complementação. A Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº9/2010 atribui como uma das funções do professor do Atendimento Educacional Especializado a “articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares” (BRASIL, 2010). Assim, ambos os professores, tanto do ensino regular quanto do ensino especializado, precisam dialogar e planejarem juntos para que o trabalho seja realmente complementar e/ou suplementar.

Ao serem abordados sobre a utilização da Sala de Recursos Multifuncionais da escola para promover a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais de aprendizagem, os

professores disseram: “Tenho conhecimento apenas do uso para cursos de informática” (prof. 1); “Não. Sempre fechada. Nunca vi aluno e nem professor usando a sala” (prof. 2); “Só utiliza nas aulas de informática com poucos alunos, por não ter profissional qualificado em informática e em outras especialidades” (prof. 3). A SRM, quando utilizada, é para aulas de informática, contudo, não há orientação adequada, são os gestores e o coordenador pedagógico da escola que dão apoio aos alunos que queiram ir à sala. Ou seja, a escola disponibiliza a sala com seus equipamentos e mobiliários a alunos com NEE, estes quando quiserem podem ir lá e utilizá-los. Surgindo dúvidas, as pessoas relatadas dão alguma orientação.

Esse uso ainda está longe de ser o proposto pelo MEC. A Sala de Recursos Multifuncionais precisa ter profissional habilitado para a docência e formação específica para a educação especial. De acordo com a Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº11/2010, o professor do AEE precisa identificar as habilidades e necessidades de cada aluno, definindo estratégias e recursos de acessibilidade, o tipo de atendimento específico aos alunos, de acordo com suas especificidades, organizando cronograma e grupos para o atendimento. Isso deve ser contemplado no plano de AEE. Ou seja, não é um trabalho de qualquer forma, precisa ser elaborado e muito bem planejado.

Diante de tais precariedades, sobretudo pela falta de profissional especializado para o AEE, os professores participantes da pesquisa, ao serem perguntados se a Sala de Recursos Multifuncionais da escola em que lecionam está preparada para receber alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, sejam quais forem elas, fizeram as seguintes afirmativas:

Prof. 1: “Tem dúvidas quanto à estrutura, mas pedagogicamente não há preparação”.

Prof. 2: “Tem o espaço físico e dois computadores, mas não é o suficiente”.

Prof. 3: “Os recursos que tem são pouco ou quase nada”.

Com tais respostas, percebe-se que, conforme já relatado anteriormente pelos participantes da pesquisa, a falta principal é de um profissional especializado para o funcionamento da SRM, além dos recursos, que ainda são precários. Durante a participação na pesquisa, os professores ainda não conheciam os materiais didáticos/pedagógicos que chegaram para a escola.

Os equipamentos, mobiliários e materiais são poucos ainda para o uso adequado da SRM, contudo, a precariedade maior é quanto ao conhecimento e à informação acerca da

importância desse ambiente para o desenvolvimento dos alunos que necessitam de AEE. Além de não ter profissional especializado atuando na sala, falta disposição da Secretaria de Educação e da equipe gestora educacional no empenho em fazer a sala permanecer no funcionamento adequado. Os educadores carecem de maiores informações acerca da disponibilização do espaço e como se dá o seu uso na complementação do trabalho pedagógico aplicado no ensino regular aos alunos com NEE, carecem tomarem ciência de como o ensino especializado poderá complementar o ensino regular. Precisa a Secretaria de Educação criar oportunidades de formação a professores que tenham disponibilidade para o atendimento especializado e ter um olhar mais comprometido com o desenvolvimento educacional de todos os alunos, assumindo a obrigação de promover a inclusão escolar por meio da educação especial. O caminho já foi iniciado, já se tem um espaço, falta adequá-lo e principalmente dispor profissional para o atendimento.

Os professores, quando interrogados se participaram de algum curso, treinamento ou capacitação para atuar na Sala de Recursos Multifuncionais, somente o prof. 3 afirmou já ter participado de um curso de 40 horas de Libras, mas que serviu apenas para ter noção a respeito do assunto, não foi o suficiente para se trabalhar como intérprete. Os prof. 1 e prof. 2 disseram que não tiveram oportunidade e que a escola em que trabalham nunca ofereceu um treinamento.

No fim do questionário, o seguinte questionamento foi dirigido à equipe gestora e aos professores: “Em sua opinião, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) desta escola está sendo verdadeiramente utilizada como ferramenta para promover a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Em caso positivo, por favor, justifique sua resposta. Em caso negativo, sugira propostas”. O gestor escolar afirmou: “Sim. Disponibilização de internet ainda com precariedade. Todos os alunos com necessidades especiais já identificadas foram convocados para frequentarem a sala de acessibilidade conforme a sua disponibilidade em horário oposto às aulas regulares.” O prof. 1 sugeriu: “Sugiro mais informação sobre os recursos estimulando a formação profissional e o interesse dos alunos para uma utilização significativa da sala.” O prof. 2 disse que “não estar sendo usada de maneira alguma” e não fez sugestões. O prof. 3 respondeu negativamente, justificando “faltar ferramentas e profissional para que haja essa inclusão escolar dos alunos”.

Ao analisar as respostas e comparar a afirmação do gestor com as expressões dos docentes, parece que estamos nos referindo a Salas de Recursos Multifuncionais diferenciadas, não a mesma. Entretanto, nos referimos, sim, ao mesmo espaço. Isso confirma

a falta de informação e o conhecimento da equipe educacional a respeito da SRM existente na escola e o objetivo de implantação dessa sala. Para o gestor, a disponibilização de internet e a convocação dos alunos para frequentarem a SRM, sem nenhum profissional disposto para o AEE, já garante que a SRM esteja verdadeiramente sendo usada como promotora da inclusão.

Enquanto minimizar as necessidades dos alunos, enquanto manter-se um olhar diminuído e estreito acerca do AEE a ser ofertado na SRM, os alunos que realmente precisam desse atendimento ficarão sobnegados, serão prejudicados. Profissionais educacionais que deveriam ser os primeiros a provocar mudanças, os primeiros a causar revoluções e conflitos se necessários, pois toda mudança ressurgir de conflitos, se encaixam na fórmula minguante de transformação do saber, minimizando os aspectos a serem contemplados por meio da educação inclusiva no âmbito da educação especial, e ainda por cima, dando crédito a caricatura de AEE na SRM. Pietro (2006, p. 65-66) convoca para a participação na transformação da sociedade, por meio de uma educação de qualidade.

Uma das constatações possíveis neste momento da reflexão é que nossas tarefas ainda são inúmeras, mas devemos identificar prioridades, denunciar ações reprodutoras de iguais atitudes sociais para com essas pessoas, acompanhar ações do poder público em educação, cobrar compromissos firmados pelos governantes em suas campanhas eleitorais e em seus planos de governos, além de ampliar e sedimentar espaços de participação coletiva e juntar forças para resistir e avançar na construção de uma sociedade justa, cujos valores humanos predominem sobre os de mercado.

O prof. 1 diz do uso significativo da SRM, isso é fundamental, pois não basta estar sendo usada, é preciso ser usada significativamente. A grande diferença está aí, nos significados atribuídos ao uso da sala. Por isso é importante conhecer o objetivo das salas proposto pelo MEC, para fazer avaliações acerca do seu uso. Assim será possível dizer dos resultados, se positivos ou negativos. É essencial maiores informações e maiores esclarecimentos acerca desse ambiente como uso na promoção da inclusão escolar.

4.3 Por um Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) integra a proposta pedagógica da escola, deve acontecer de forma concomitante ao ensino regular, complementando-o. No

AEE, o aluno receberá orientações de modo a superar as limitações específicas, criando alternativas para desenvolver habilidades e ampliar seu desempenho educacional.

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços preparados para o AEE. Os mobiliários, equipamentos e materiais didáticos que a compõem são subsídios para que o professor, juntamente com o aluno, encontre alternativas para desenvolver a capacidade intelectual do aluno.

Não há fórmula mágica, muito menos receita pronta para esse tipo de atendimento, como também não há no ensino regular. Conhecendo o aluno e suas necessidades específicas, o professor, que já deverá ter qualificação específica para tal, irá criar alternativas que proporcionarão ao aluno superar as limitações.

O AEE contribui com o ensino regular, na medida em que o aluno desenvolve suas habilidades e encontra alternativas para acompanhar o currículo construído para todos os alunos. Por isso deve ser complementar ou suplementar, nunca substitutivo.

Professores do AEE e professores do ensino regular devem planejar juntos para que tenham a mesma direção, ou seja, para que um siga sendo suporte um para o outro. Dialogando e conhecendo a proposta de ensino e objetivos de cada segmento é que poderá alinhar as propostas de modo a favorecer a criança no desenvolvimento de suas habilidades.

No questionário aplicado, os professores foram indagados sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado para o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula regular com alunos com necessidades educacionais especiais. O prof. 1 respondeu o seguinte: “O atendimento especializado, oportuniza ao aluno desenvolver habilidades diferenciadas, estimulando-o a realizações não previstas no currículo visível do ensino regular”; o prof. 2 disse que “é importante por promover a inclusão destes alunos com os demais”; o prof. 3 afirmou que “é muito importante o atendimento de alunos na rede regular de ensino, mas quando o estabelecimento esteja preparado com o ambiente físico e profissional qualificados nas determinadas áreas e necessidades”.

Diante das respostas fornecidas, é possível perceber que os professores têm consciência de como o Atendimento Educacional Especializado poderia fazer a diferença no ensino regular, ajudando os alunos com NEE a “desenvolver habilidades diferenciadas” transformando o potencial de aprendizado e inovando o currículo visível da escola por meio de suas realizações “inesperadas”. Entretanto, diante da afirmação da prof. 3, pode-se concluir que para essa efetivação de transformações nas habilidades dos alunos com NEE é preciso um

profissional especializado no AEE, para bem conduzir o aluno a se superar e perceber que é capaz.

Quanto a melhorias em sala de aula regular, no comportamento/desenvolvimento/aprendizagem do aluno que participa do Atendimento Educacional Especializado, os professores participantes acreditam nas mudanças, que estas acontecem e de forma bastante visível, entretanto não puderam confirmar, já que na escola em que atuam não possui o AEE.

Na escola em que foi realizada a pesquisa, há uma Sala de Recursos Multifuncionais, onde os alunos com Necessidades Educacionais Especiais poderiam estar recebendo atendimento e melhorando o desempenho educacional. Entretanto, isso não acontece, por falta de profissional que tenha formação específica para tal tarefa.

Estamos diante de um quadro não muito desconhecido no país inteiro. Há uma coisa e falta outra. A disposição material, talvez seja tarefa menos dificultosa, pois exige apenas força monetária, enquanto a preparação de pessoas requer muito mais, precisa de disponibilidade, é algo contínuo, visto que ninguém se forma uma vez e se acomoda. Tanto é assim, que os professores precisam estar continuamente se formando. Precisa também “remodelar” uma estrutura pedagógica que já se encontra “pronta”.

Mas é preciso coragem, muita disposição e responsabilidade por parte dos “representantes” educacionais municipais, estaduais e nacionais para ter conhecimento da realidade nas cidades mais longínquas das metrópoles e tomar frente no combate à exclusão escolar. A educação inclusiva é fator essencial para o crescimento educacional e desenvolvimento social. O AEE, para a educação especial, no âmbito da educação inclusiva, precisa ser compreendido como fator primordial de transformação educacional.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou tecer reflexões acerca do uso das Salas de Recursos Multifuncionais como ferramenta para a educação inclusiva, no contexto de uma escola pública do município de Malhada (BA). Também, procurou-se averiguar o conhecimento da comunidade escolar (professores e direção) a respeito da existência, funcionalidade e importância desse espaço para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Os dados obtidos por meio desta pesquisa foram analisados à luz da fundamentação teórica empregada neste trabalho, de modo a compreender como o processo de educação inclusiva se dá no contexto da escola pesquisada.

Durante a realização deste trabalho, ficou claro que o Atendimento Educacional Especializado na escola pesquisada, na prática, ainda é desconhecido, apesar de existir a Sala de Recursos Multifuncionais. O empecilho maior para que aconteça esse atendimento, conforme vimos no capítulo anterior, é a falta de um profissional qualificado para tal tarefa. Ainda, ficou evidente que a inclusão escolar é necessária e um direito do aluno. Vimos que há leis que garantem essa inclusão, mas, na realidade, ainda falta muito, especialmente a formação profissional e o apoio pedagógico, conforme relatado enfaticamente pelos professores participantes da pesquisa.

Este estudo se limita à descrição e ao apontamento do Atendimento Educacional Especializado realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, buscando averiguar sua operacionalidade na escola referida. Diante disso, espera-se que possam surgir novos estudos acerca de inovações necessárias para um atendimento de qualidade e na descoberta de novas técnicas para a operacionalidade dos recursos disponíveis para o uso dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem no desenvolvimento de seu potencial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cidália et al. **Estudo de Caso**. 2008. Disponível em: <http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 7 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica N°11/2010, de 07 de maio de 2010**. Secretaria de Educação Especial.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica N°09/2010, de 09 de abril de 2010**. Secretaria de Educação Especial.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Edital N° 01, de 26 de abril de 2007**. Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. Secretaria de Educação Especial.

_____. Ministério da Educação. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2003.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001.

_____. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

CARDOSO, Camila Rocha. **Organização do trabalho pedagógico, funcionamento e avaliação no atendimento educacional especializado em Salas de Recursos**

Multifuncionais. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. (Orgs.). **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010.

DIAS, Juliana. **Artigo Científico e Ensaio Teórico**. Brasília: UnB, 2013.

FRAIMAN, Leo. **Como ensinar bem a crianças e adolescentes de hoje: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Editora Esfera, 2013.

KELMAN, C. A. Sociedade, educação e cultura. In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. (Orgs.). **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010.

MACHADO, Rosângela. Salas de Recursos Multifuncionais: espaço e organização do Atendimento Educacional Especializado. **Revista da Educação Especial**, Secretaria de Educação Especial, Brasília, v. 5, n. 1, jan./jul. 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. **Revista da Educação Especial**, Secretaria de Educação Especial, Brasília, v. 5, n. 1, jan./jul. 2010.

MILANESI, Josiane Beltrame. **Organização e funcionamento das salas de Recursos Multifuncionais em um município paulista**. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

SALOMÃO, Bianca Regina de Lima; SOUZA, Amaralina Miranda de. **Salas de Recursos Multifuncionais: a ação do professor e o uso da tecnologia em ambientes de atendimento especializado**. Brasília: UnB, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

ZUQUI, Francielle Sesana. **As Salas de Recursos Multifuncionais/salas de recursos das escolas da rede municipal de educação do município de São Mateus:** itinerários e diversos olhares. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À EQUIPE GESTORA (MODELO)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Prezado(a), meu nome é Elieuzza Bispo Fernandes, sou aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, ofertado pelo Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (PED) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O presente questionário foi elaborado para subsidiar a construção dos dados que compõem a minha monografia de conclusão do curso acima referido. Peço, por favor, que responda às questões abaixo com a maior sinceridade possível. Ressalto que sua identidade será mantida em sigilo durante todo o processo de construção e divulgação dos dados.

Desde já, agradeço pela sua participação e colaboração.

Elieuzza Bispo Fernandes.

Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: ____ anos

Escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização () Mestrado
() Doutorado

Área de formação acadêmica: _____

Função na escola: _____

Há quanto tempo trabalha nesta escola: ____ anos

Por favor, preencha as informações abaixo, indicando os equipamentos, os mobiliários e os materiais didáticos/pedagógicos de que dispõe a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) desta escola.

Ano em que foi criada a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da escola: _____.

EQUIPAMENTOS			
	SIM	QUANTIDADE	NÃO
Microcomputadores			
Laptop			
Estabilizador			
Scanner			
Impressora laser			
Teclado com colmeia			
Acionador de pressão			
Mouse com entrada para acionador			
Lupa eletrônica			
MOBILIÁRIOS			
Mesa redonda			
Cadeiras			
Mesa para impressora			
Armário			
Quadro branco			
Mesas para computador			
Cadeiras			
MATERIAL DIDÁTICO/PEDAGÓGICO			
Material dourado			
Esquema corporal			
Bandinha rítmica			
Memória de numerais 1			
Tapete alfabético encaixado			

Categoria 1: O Atendimento Educacional Especializado (AEE)

1. Como é realizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) nesta escola?

2. Quais serviços, recursos e estratégias são oferecidos aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) desta escola, no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para que ele acompanhe a proposta curricular?

Categoria 2: A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)

1. As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), segundo o Ministério da Educação (MEC), têm como objetivo dar apoio ao sistema de ensino, para melhor organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em sua opinião, a Sala de Recursos Multifuncionais desta escola está cumprindo esse objetivo? Em caso positivo ou negativo, por favor, justifique sua resposta.

2. Que tipo de apoio a escola já recebeu e/ou recebe para a manutenção e o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)?

3. Segundo o Ministério da Educação (MEC), compete à escola contemplar em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com professor, recursos e equipamentos específicos e condições de acessibilidade. De que forma, nesta escola, é contemplado no PPP a disposição da SRM para o AEE?

4. Em sua opinião, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) desta escola está sendo verdadeiramente utilizada como ferramenta para promover a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Em caso positivo, por favor, justifique sua resposta. Em caso negativo, sugira propostas.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES (MODELO)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Caro(a) professor(a). Meu nome é Elieuzza Bispo Fernandes, sou aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, ofertado pelo Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (PED) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O presente questionário foi elaborado para subsidiar a construção dos dados que compõem a minha monografia de conclusão do curso acima referido. Peço, por favor, que responda às questões abaixo com a maior sinceridade possível. Ressalto que sua identidade será mantida em sigilo durante todo o processo de construção e divulgação dos dados.

Desde já, agradeço pela sua participação e colaboração.

Elieuzza Bispo Fernandes.

Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: ___ anos

Escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização () Mestrado
() Doutorado

Área de formação acadêmica: _____

Tempo de docência: ___ anos

Quanto tempo de atuação em docência com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE): ___ anos

Categoria 1: Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular

1. Qual é a sua opinião acerca da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular?

2. Cite dois fatores positivos e dois negativos sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular.

3. Em sua opinião, a escola em que leciona está preparada para incluir na sala de aula regular, considerando os aspectos abaixo, alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Em caso positivo ou negativo, por favor, justifique sua resposta.

a) fisicamente:

b) materialmente:

c) pedagogicamente:

Categoria 2: O Atendimento Educacional Especializado (AEE)

1. Em sua opinião, qual a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula regular com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Por favor, justifique sua resposta.

2. Em sua opinião, você percebe mudanças no comportamento/desenvolvimento/aprendizagem do aluno em sala de aula regular que participa do Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Em caso positivo ou negativo, por favor, justifique sua resposta.

Categoria 3: A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)

1. Você se sente preparado(a) para atuar na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da escola em que leciona? Por favor, justifique a sua resposta.

2. Em sua opinião, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são espaços importantes para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular? Por favor, justifique a sua resposta.

3. Qual o seu nível de conhecimento acerca dos recursos que compõem a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da escola em que leciona? Justifique, por favor, a sua resposta.

4. Você já participou de algum curso, treinamento ou capacitação para atuar em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)? Em caso positivo, relate de que maneira os conhecimentos apreendidos foram importantes para uma possível atuação. Em caso negativo, por que ainda não foi possível participar?

5. Em sua opinião, a escola em que leciona utiliza a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para promover a inclusão escolar de seus alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Em caso positivo ou negativo, por favor, justifique a sua resposta.

6. Em sua opinião, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da escola em que leciona está preparada para receber o aluno que apresente necessidades educacionais especiais (NEE), sejam qual for elas? Por favor, justifique sua resposta.

7. Em sua opinião, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da escola em que leciona está sendo verdadeiramente utilizada como ferramenta para promover a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Em caso positivo, por favor, justifique sua resposta. Em caso negativo, sugira propostas de utilização.

ANEXO A – CARTA DE ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar:
Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____